



# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



16 de setembro de 2022.

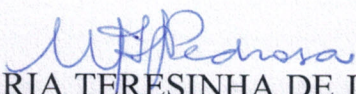
Of. GAB. nº 593/2022

Projeto de Lei nº 076/2022

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a inclusão do item 17 e respectivos subitens 17.1, 17.2, 17.3 e 17.4 na Tabela II da Lei nº 483, de 08 de outubro de 1987, alterada pela Lei nº 81, de 20 de outubro de 1993, Lei nº 3.648, de 04 de setembro de 2014 e Lei nº 4.178, de 05 de setembro de 2017.

Renovamos os protestos de estima e consideração.

  
MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA  
Prefeita Municipal

Exmo. Sr. Vereador  
LUIS CARLOS DOMICIANO  
Presidente da Câmara Municipal  
NESTA.



CÂMARA MUNICIPAL

Documento recebido em

16/09/22

  
funcionário





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



## PROJETO DE LEI

*“Dispõe sobre a inclusão do item 17 e respectivos subitens 17.1, 17.2, 17.3 e 17.4 na Tabela II da Lei nº 483, de 08 de outubro de 1987, alterada pela Lei nº 81, de 20 de outubro de 1993, Lei nº 3.648, de 04 de setembro de 2014 e Lei nº 4.178, de 05 de setembro de 2017”.*

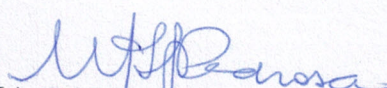
Art. 1º - Fica incluído o item 17 e respectivos subitens 17.1, 17.2, 17.3 e 17.4 na tabela II da Lei nº 483, de 08 de outubro de 1987, alterada pela Lei nº 81, de 20 de outubro de 1993, Lei nº 3.648, de 04 de setembro de 2014 e Lei nº 4.178, de 05 de setembro de 2017, com a seguinte redação:

17	OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DE PRAÇAS MUNICIPAIS	VALOR POR DIA
17.1	Praça Governador Armando Salles de Oliveira	R\$ 1.000,00
17.2	Praça Coronel Joaquim José	R\$ 1.000,00
17.3	Praça Rui Barbosa	R\$ 1.000,00
17.4	Demais Praças	R\$ 280,00

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois (16.09.2022).

  
MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA  
Prefeita Municipal





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



## JUSTIFICATIVA:

Conforme disciplina a alínea “g” do inciso I do Art. 85 da Lei Orgânica do Município, a Chefe do Poder Executivo pode através de Decreto permitir o uso, a título precário oneroso, para atendimento de destinação específica, de espaços públicos especiais no âmbito municipal.

Considerando os permissivos legais quanto as instituições de preços públicos, com o propósito de remuneração compensatória por serviços de usos de bens públicos, conforme disciplinam o Art. 7º, V, Art. 85, I, alínea “j” da Lei Orgânica do Município, bem como o Art. 3º do Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 106/1997, procede-se a esta novação legislativa.

Em bom aparte, ratifica-se o considerável aumento da receita que a presente novação poderá trazer aos cofres públicos em benefício direto à guarida e manutenção do bem público e do fomento turístico no município, concedendo a oportunidade para que todos os interessados, através de procedimento administrativo simplificado e recolha do referido preço, ou os casos que envolvam a isenção, possam gozar do uso dos espaços públicos comuns, sem carrear injusto ônus a municipalidade.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois (16.09.2022).

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

Prefeita Municipal